



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Alteração e ampliação do Parque Industrial de Sampaio

Resumo Não Técnico

Setembro de 2026



CURSO DE ÁGUA LDA

Índice

1. Introdução	1
2. Localização do projeto.....	2
3. Descrição geral do projeto	6
4. Construção do projeto	9
5. Funcionamento do projeto	10
6. Prazos de realização do projeto	11
7. Estado atual do ambiente e impactes ambientais	12
9. Medidas de minimização e monitorização.....	18

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto de “Alteração e Ampliação Parque Industrial de Sampaio” (PI Sampaio), localizado na freguesia de Oliveira do Conde, concelho de Carregal do Sal

O objetivo do projeto é a oferta de um espaço ordenado e infraestruturado de qualidade que permita atrair novos investimentos, dando resposta a pedidos de localização de novas unidades empresariais de diversos setores e de diversas dimensões. Para além de proporcionar a diversificação da base produtiva do concelho, permitirá ainda a deslocalização de indústrias atualmente instaladas em zonas urbanas e evitar assim a migração de atividades económicas para outros concelhos. O projeto encontra-se atualmente na fase de Projeto de Execução.

O projeto corresponde a duas operações urbanísticas com obras de urbanização, tipologia prevista no ponto 10 a) – Infraestruturas, do anexo II do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), estabelecido pelo decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de fevereiro.

A área de intervenção total é de 12,83 ha embora se traduza numa ampliação de 8,43 ha.

O Resumo Não Técnico tem como objetivo sintetizar os aspetos mais importantes do Estudo de Impacte Ambiental e encontra-se escrito numa linguagem que se pretende acessível à generalidade dos principais interessados, de modo a que estes possam participar na Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental.

Para a obtenção de informações mais detalhadas poderá ser consultado o Estudo de Impacte Ambiental completo (Relatório Síntese e respetivos Anexos) que estará disponível na Câmara Municipal de Carregal do Sal, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e na plataforma eletrónica Participa.pt.

O Estudo de Impacte Ambiental analisa os efeitos do projeto no meio natural e social e apresenta medidas para reduzir os efeitos mais prejudiciais. Corresponde ao instrumento técnico que suporta o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, que inclui a realização do Estudo de Impacte Ambiental propriamente dito, a consulta pública e culmina com a emissão da Declaração de Impacte Ambiental, que será obrigatoriamente considerada no licenciamento do projeto.

O proponente do projeto é a Câmara Municipal de Carregal do Sal. A Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a entidade licenciadora é a Câmara Municipal de Carregal do Sal.

O Estudo de Impacte Ambiental foi elaborado durante os meses de junho a dezembro de 2025, com atualização em março e abril de 2026.

2. Localização do projeto

O projeto de “Alteração e Ampliação Parque Industrial de Sampaio”, localiza-se na freguesia de Oliveira do Conde, concelho de Carregal do Sal (Carta 1). A área do projeto dista cerca de 3,4 km da sede do concelho – Carregal do Sal, localizada a sudoeste.

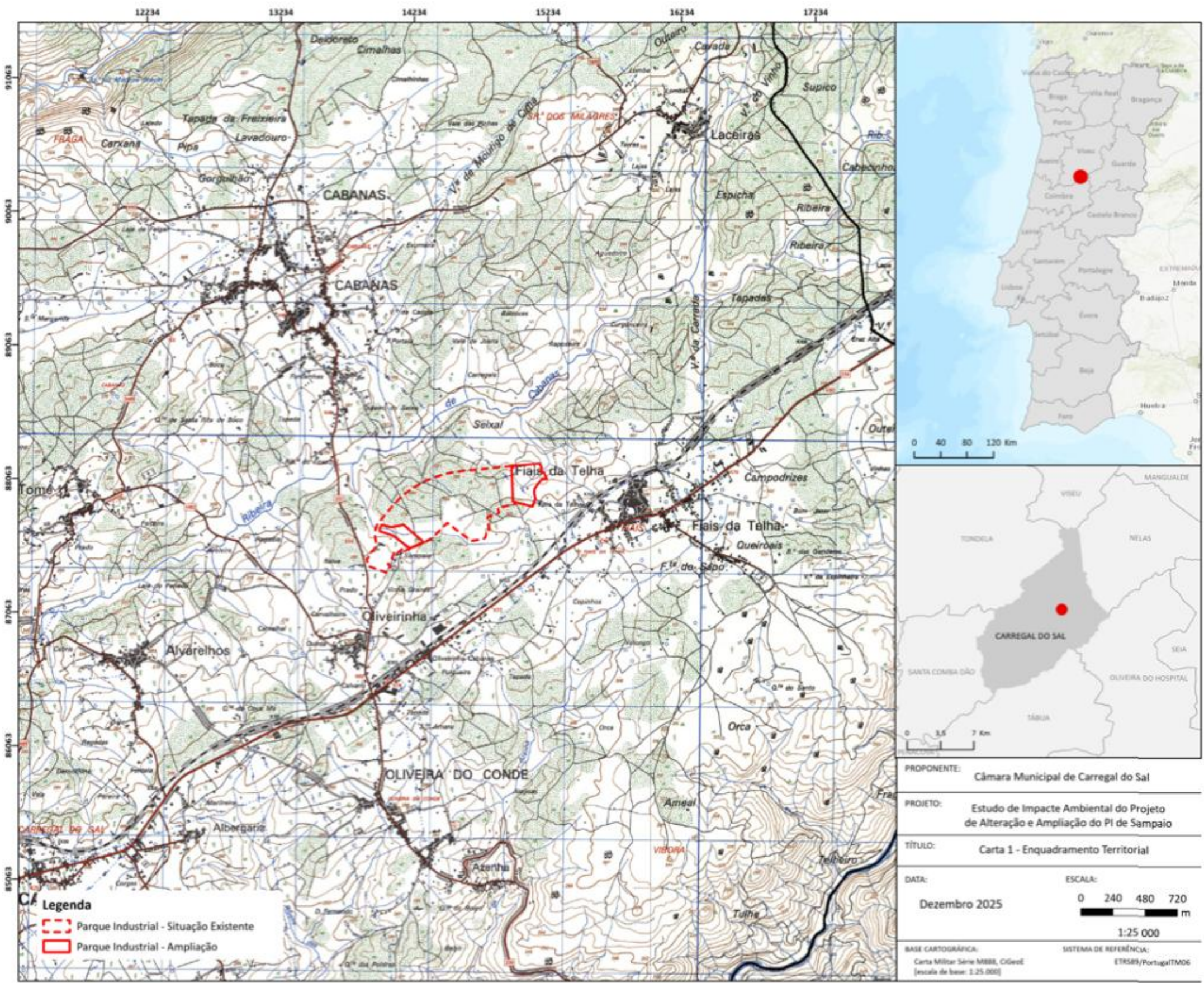
A área de intervenção caracteriza-se, numa das áreas (a poente), pela presença de indústrias, de prado e bosque húmido e na outra área (a nascente) pela presença de matos e alguns pinheiros e eucaliptos (Figura 1). Na sua contiguidade, encontra-se o atual Parque Industrial de Sampaio que se pretende alterar e ampliar. Na envolvente existem ainda áreas agrícolas, manchas de floresta de eucalipto e pinheiro, e algumas habitações e indústrias dispersas.

Os aglomerados urbanos mais próximos da área do projeto são: Venda da Luísa e Sebal pequeno, a oeste, Sebal Grande, a sudoeste, e Sobreiro, nordeste. Existem diversas habitações dispersas na envolvente afastada mas na envolvente imediata (raio de 100 m) não existem habitações.

O acesso direto ao local é efetuado pelas EM607 e EM607-2. Ambas as vias permitem aceder à EN1 e à sede de concelho. A partir da EN1 acede-se ao IP1-A1 a partir do qual se acede aos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, bem como aos principais polos urbanos e industriais do país.



Figura 1 – Imagem de satélite da área do projeto e envolvente direta.



3. Descrição geral do projeto

O projeto consiste em duas operações urbanísticas (Figura 2), correspondendo às seguintes intervenções no PI Sampaio existente:

- **Área de intervenção A: 7,03 ha** (ver Figura 4)

Alteração do Loteamento nº 01/2003 com reconfiguração do lote B e constituição de 1 novo lote (lote C) e de área verde e estacionamento de pesados.

A ampliação resultante será de 2,63 ha.

- **Área de intervenção B: 5,8 ha** (ver Figura 5)

Novo loteamento com a constituição de 4 lotes.

A ampliação será de 5,8 ha.

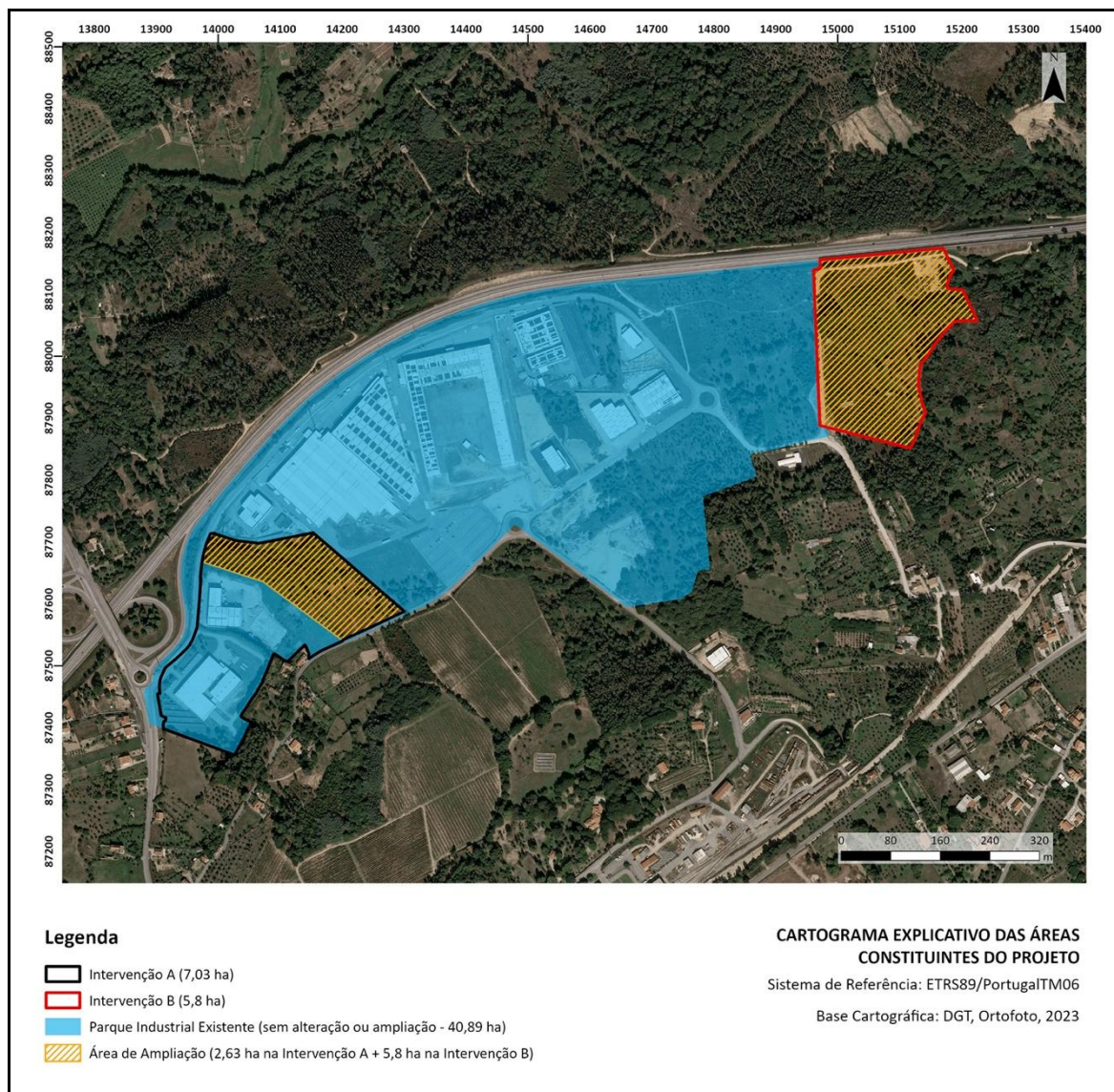


Figura 2 – Áreas constituintes do projeto.

O PI Sampaio apresenta atualmente 40,89 ha, sendo que após a ampliação passará a ter uma área de 49,32 ha, ou seja, um acréscimo de 20,6%.

Assim, apesar da área de intervenção ser de 12,83 ha (7,03 ha na Área de Intervenção A e 5,80 ha na Área de Intervenção B), a área a ampliar será de 8,43 há.

Na Figura 3 apresenta-se o resumo das operações a realizar no PI Sampaio.

Parque Industrial de Sampaio (Existente + Ampliação) (49,32 ha)	Parque Industrial de Sampaio Existente (sem alteração ou ampliação) (40,89 ha)		
	Intervenção A (7,03 ha)	Área existente sem ampliação (4,40 ha)	
		Ampliação (2,63 ha)	Novo lote (0,36 ha)
			Espaço verde + estacionamento pesados (2,27 ha)
	Intervenção B (=ampliação) 4 lotes + reserva (5,80 ha)		

Figura 3 – Resumo das operações no PI Sampaio.

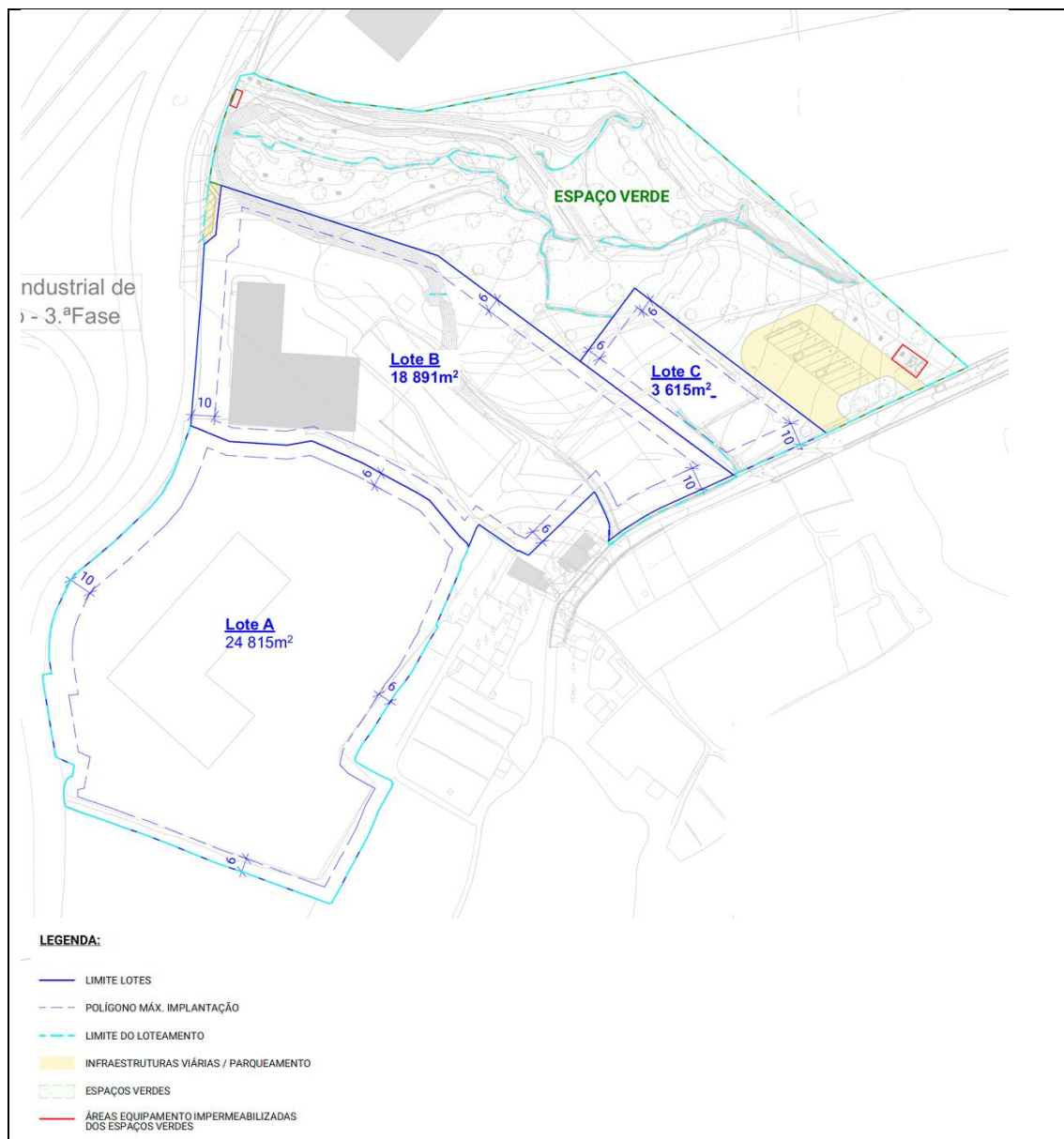


Figura 4 – Área de intervenção A.

Na Área de Intervenção A, a ampliação relativamente ao existente corresponde a 2,63 ha (designada por Ampliação A).

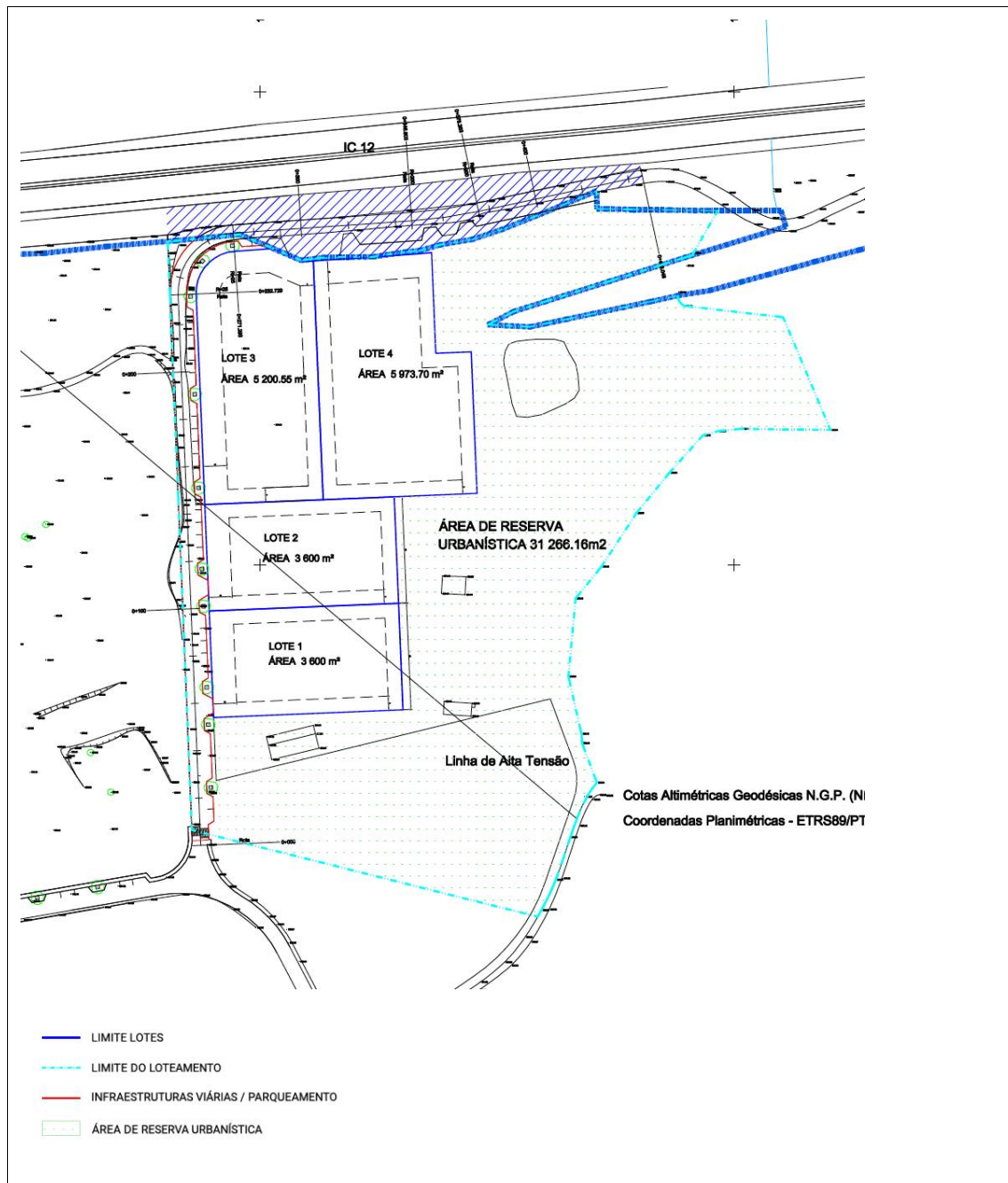


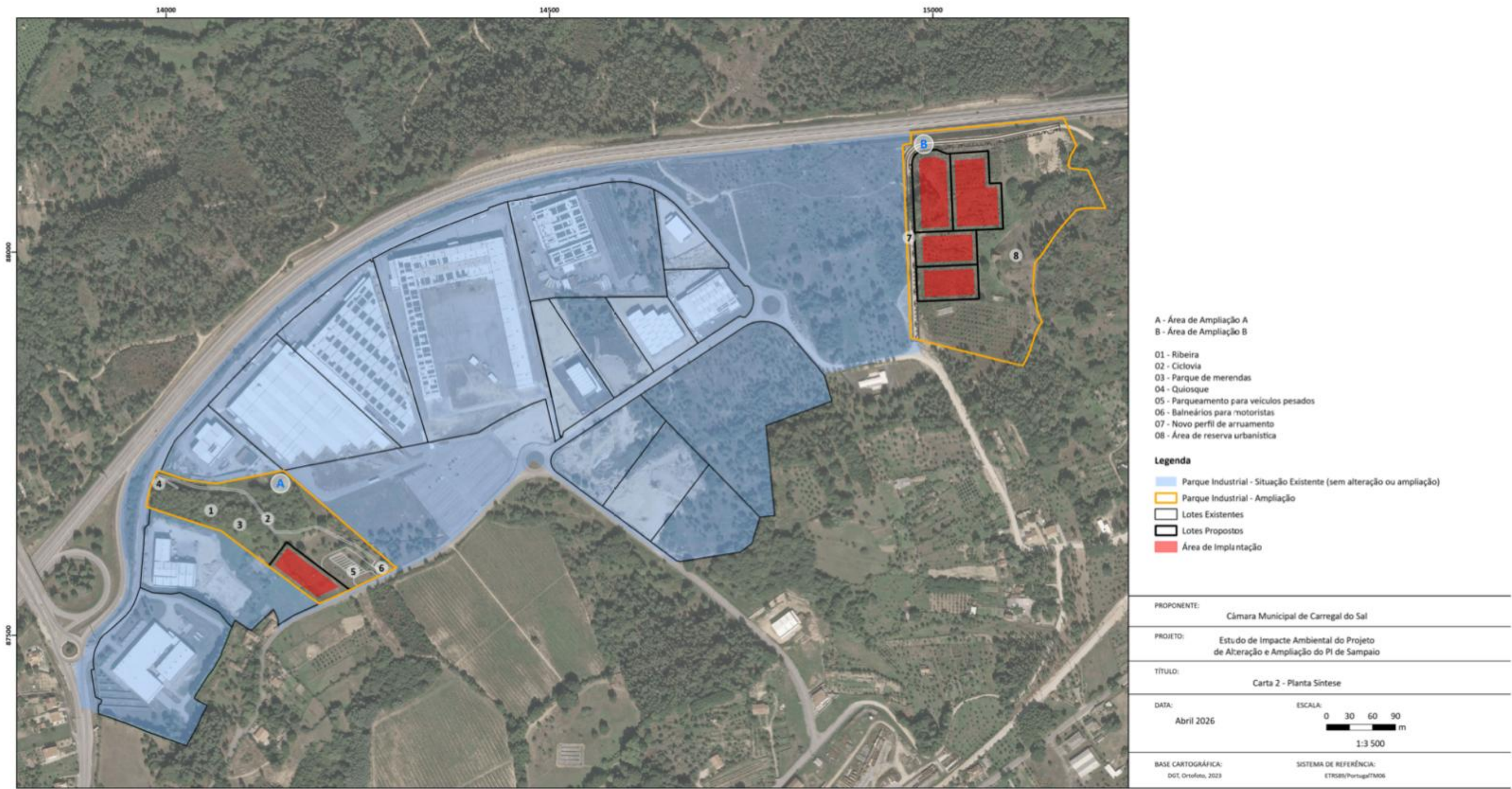
Figura 5 – Área de intervenção B.

Na Área de Intervenção B, a ampliação relativamente ao existente corresponde à totalidade da área de intervenção, ou seja a 5,80 ha (designada por Ampliação B).

Todos os lotes são destinados à indústria, comércio, armazenagem e serviços. A síntese das intervenções é apresentada na Carta 2.

Está prevista a construção das infraestruturas viárias, de drenagem de águas residuais e pluviais, de abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações, necessárias para a implementação dos novos lotes.

O município de Carregal do Sal é detentor da totalidade dos terrenos na área destinada à ampliação do PI Sampaio.



Todas as infraestruturas necessárias são objeto de projetos específicos, garantindo-se a ligação às diferentes redes existentes, bem como o prolongamento destas quando necessário.

Rede viária e estacionamento

- Ampliação A: Não está prevista a execução de novos arruamentos, uma vez que o novo lote se apoiará no arruamento existente. Junto ao novo lote será implementado um Parque de Estacionamento de Camiões, com capacidade para 10 caimões TIR.
- Ampliação B: Será implementado um novo arruamento com uma extensão de 446 m, que servirá os novos lote. Estão previstos estacionamentos ao longo da via.

Rede de abastecimento de água

- Ampliação A: O abastecimento será realizado a partir da rede publica existente nos arruamentos contíguos, pelo que apenas serão executados 3 ramais
- Ampliação B: A rede de abastecimento de água prevista acompanha o novo arruamento a construir e será ligada a jusante à rede pública existente no arruamento do atual PI Sampaio

Rede de drenagem de águas residuais

- Ampliação A: A rede de saneamento será ligada à rede publica existente nos arruamentos contíguos, pelo que apenas serão executados 3 ramais.
- Ampliação B: A rede de drenagem de águas residuais desenvolver-se-á ao longo de parte da nova via de circulação rodoviária, a meio da faixa de rodagem. Todo o funcionamento da rede será gravítico, sendo as águas residuais encaminhadas para a ETAR do PI Sampaio.

Rede de drenagem das águas pluviais

- Ampliação A: As águas pluviais serão ligadas às linhas de água que atravessam o espaço verde. será instalado um separador de hidrocarbonetos nas água provenientes do Parque de estacionamento de Camiões.
- Ampliação B: O sistema de drenagem de águas pluviais será constituído por uma rede de coletores a implantar no eixo da via e sumidouros. As águas pluviais recolhidas na área do projeto são conduzidas a uma linha de água existente.

4. Construção do projeto

A fase de construção irá iniciar-se com a marcação topográfica, seguida da limpeza do terreno, desmatação e demolições.

Nos locais a intervencionar será efetuada uma decapagem do terreno, procedendo-se depois ao seu armazenamento em local adequado. Os materiais sobrantes que sejam considerados adequados, serão utilizados na modelação do terreno. O manto vegetal será armazenado para posterior colocação e espalhamento nas zonas verdes.

Serão depois realizados os movimentos de terra (escavações e aterros) de forma a obter as cotas de trabalho para as plataformas dos arruamentos, passeios, estacionamento e diferentes arranjos exteriores. Haverá necessidade de materiais de empréstimo. Os materiais sobrantes serão transportados a operador licenciado ou vazadouro.

Após a abertura das valas para a implantação das restantes infraestruturas, serão colocadas as tubagens, caixas de visita e realizado o aterro das valas, bem como os trabalhos de colocação de lancis, pavimentações e revestimentos.

O estaleiro de apoio à obra será localizado no futuro no lote 1 da Ampliação B.

Os trabalhos de construção contemplam as seguintes ações:

- Limpeza, demolições e desarborização.
- Movimentos de terras.
- Funcionamento do estaleiro.
- Construção das infraestruturas.
- Transporte de pessoas e materiais.

Na fase de construção é esperada a produção de esgotos com origem nas instalações sanitárias do estaleiro. As águas residuais domésticas serão descarregadas na rede existente e conduzidas até à ETAR do PI Sampaio.

A utilização de maquinaria e outros equipamentos de apoio à construção vai originar um conjunto de resíduos associados a operações de manutenção e abastecimento. Serão ainda produzidos resíduos de construção e demolição, madeiras e resíduos de embalagens.

A circulação de veículos e a utilização de equipamentos deverá originar a emissão de poluentes atmosféricos e de ruído.

Para os trabalhos de construção das infraestruturas, estima-se que a mão de obra necessária seja de 90 trabalhadores, constituída por engenheiros, topógrafos, manobreadores, soldadores, pedreiros e serventes.

De acordo com os dados fornecidos pelo proponente, o investimento previsto para a fase de construção do projeto será de 450.000 euros.

5. Funcionamento do projeto

Durante a fase de funcionamento as principais ações são:

- Presença física das infraestruturas e edifícios.
- Funcionamento das atividades instaladas.
- Transporte de pessoas e bens.

Na fase de funcionamento, o consumo de água terá origem na rede pública, sendo o fornecimento da água assegurado pela Águas do Planalto.

Os esgotos produzidos na área do projeto terão origem nas instalações sanitárias das empresas e serviços. Serão ainda produzidos esgotos industriais com origem nos processos produtivos. Todos os esgotos serão encaminhados para a rede pública e conduzidos para a ETAR do PI Sampaio.

Como resultado do funcionamento do projeto, serão produzidos resíduos urbanos ou equiparados, com origem nas atividades industriais/empresariais. O funcionamento das unidades industriais deverá traduzir-se na produção de resíduos característicos do tipo de atividade desenvolvida. Nesta fase do projeto não se conhecem em concreto quais as indústrias que se vão instalar, pelo que não é possível identificar o tipo de resíduos industriais que irão produzir.

A emissão de poluentes atmosféricos resultará do tráfego rodoviário e da atividade empresarial e industrial. Nesta fase não é possível quantificar as emissões associadas às atividades que se podem vir a instalar. O controlo das emissões gasosas é uma obrigação legal, pelo que cada uma das instalações deve apresentar sistemas que permitam o cumprimento da legislação nacional.

Na fase de funcionamento é esperada a emissão de ruído que terá origem no tráfego rodoviário gerado pelas atividades a instalar. Outra fonte de ruído estará associada ao funcionamento dos equipamentos afetos às indústrias. O controlo do ruído é uma obrigação legal, pelo que os edifícios devem apresentar as características de atenuação que permita o cumprimento da legislação nacional.

O funcionamento pleno do projeto, que se traduz na ocupação dos 8 lotes, deverá criar, segundo o proponente, cerca de 50 postos de trabalho

6. Prazos de realização do projeto

A fase de construção terá uma duração de 12 meses, a partir da qual se iniciará a fase de funcionamento, estimada para meados de 2028.

Face às características do projeto não é possível definir o seu tempo de vida útil. Estima-se, no entanto, que o projeto entre em funcionamento assim que terminar a construção das infraestruturas, ou seja, após a conclusão da fase de construção.

O pleno funcionamento do projeto depende da ocupação das parcelas, a qual, por sua vez, depende da procura por parte das indústrias.

7. Estado atual do ambiente e impactes ambientais

População e saúde humana

Em 2021 o concelho de Carregal do Sal apresentava, de acordo com os Censos 2021, uma massa demográfica de 9.038 habitantes o que representa apenas 3,6% da população da Sub-região de Viseu Dão-Lafões, onde se insere. Entre 2011 e 2021 o concelho apresentou uma perda de 8,1% da sua população residente. Na envolvente do projeto a população residente é reduzida.

De um modo geral, os setores de atividade com maior importância no concelho são a indústria transformadora, o comércio e as atividades de consultoria, sendo os que geram maiores rendimentos e os mais empregadores.

Verifica-se que os principais indicadores de saúde apresentam, de um modo geral, valores de incidência enquadrados pelos registados no país.

A construção do projeto vai gerar uma procura local de mão de obra no setor da construção civil, contribuindo para atenuar temporariamente os níveis de desemprego. Por outro lado, o investimento na obra representa um valor importante, com efeitos multiplicadores na economia local e regional, pelo que se considera que o impacto é positivo de média importância.

O acréscimo de tráfego relacionado com as obras será reduzido e mantém estas vias afastadas da sua capacidade.

Não são esperados efeitos na saúde da população local como resultado das atividades de construção.

A fase de funcionamento do projeto traduz-se em impactes positivos na fixação da população e na melhoria da sua condição de vida, em virtude da criação permanente de cerca de 50 postos de trabalho. O funcionamento das empresas implicará também o aumento dos níveis de despesa com prestadores de serviços e indústrias localizadas na região.

Globalmente, todo o sistema económico regional poderá beneficiar devido ao rendimento proporcionado pela despesa com os funcionários e atividades associadas ao funcionamento das empresas, pela aquisição de bens e serviços e pela atividade económica em geral, devido ao aumento dos níveis de consumo. Trata-se, assim, de um impacto positivo de média importância, dado o reforço do rendimento à escala municipal e o aproveitamento do potencial industrial.

O tráfego gerado pelo funcionamento do projeto terá um impacto negligenciável uma vez que o volume de tráfego será muito reduzido.

Ambiente sonoro

Na envolvente próxima da área do projeto os recetores sensíveis ao ruído correspondem a três locais com habitações. As principais fontes de ruído na envolvente da área do projeto são o tráfego rodoviário e as unidades industriais atualmente existentes no PI Sampaio.

De acordo com as medições efetuadas, os níveis sonoros nos pontos de medição são inferiores aos valores limite de exposição estipulados legalmente para zonas mistas.

Durante a fase de construção ocorrerá um aumento dos níveis de ruído no local de obra e nas suas imediações, essencialmente devido aos trabalhos de limpeza do terreno e desarborização, de escavação, de terraplenagem, de construção e pavimentação e ainda à circulação de veículos pesados de transporte de materiais e equipamentos. Considera-se que o impacto será negativo de baixa importância vez que se tratam de atividades com caráter temporário que ocorrem durante parte do período diurno e que os recetores sensíveis se encontram a uma elevada distância das fontes de ruído.

Na fase de funcionamento não se espera que a instalação de novas unidades industriais vá alterar os níveis de ruído ambiente atualmente existentes. O impacto será negativo de baixa importância dado ser expectável o cumprimento dos valores limite de exposição para os indicadores de ruído.

Clima e Alterações Climáticas

O município de Carregal do Sal está envolvido no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões, tendo em vista assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa.

Durante a fase de construção, as atividades do projeto suscetíveis de causar emissão de Gases de Efeito de Estufa terão um contributo negligenciável para as alterações climáticas.

As emissões de gases com efeito de estufa associadas ao tráfego rodoviário na fase de funcionamento são desprezáveis, considerando o tráfego rodoviário atualmente existente nas principais vias rodoviárias próximas e as emissões atuais no concelho de Carregal do Sal.

Qualidade do Ar

A emissão de poluentes atmosféricos na envolvente do projeto tem origem nas atividades instaladas no PI Sampaio e no tráfego rodoviário que circula na rede viária. Em geral existe uma boa qualidade do ar. Os dados relativos à concentração de poluentes revelam que não ocorreram situações de incumprimento dos valores estabelecidos pela legislação.

As várias atividades de construção, em particular os movimentos de terras e a circulação de veículos em áreas não pavimentadas, dão origem ao levantamento de poeiras, com efeitos sobre a saúde humana, a vegetação e a fauna. A distância a que se encontram os recetores sensíveis

presentes na envolvente e ainda a presença de cortinas arbóreas, faz prever que o impacte seja negativo de baixa importância.

Na fase de funcionamento, as atividades associadas à indústria são suscetíveis de gerar poluição atmosférica. Nesta fase do projeto não é possível estimar as cargas poluentes que serão emitidas pelas indústrias a instalar. No entanto, estas encontram-se sujeitas ao cumprimento da legislação nacional vigente. Poderá, no entanto, perspetivar-se um potencial agravamento da qualidade do ar na área de implantação do projeto e na sua envolvente, sendo o impacte negativo de importância indeterminada.

Geologia e geomorfologia

O projeto situa-se na unidade geoestrutural do Maciço Hespérico ou Ibérico, na divisão geotectónica da Zona Centro Ibérica, caracterizado pela grande extensão que ocupam as rochas granitoides, seguida pelos xistos afetados por graus de alteração variados. A área de estudo insere-se em granitos e depósitos de argilas. O relevo é plano a ondulado, com declives que variam de 2 a 15%. A área de implantação do projeto insere-se num terreno com cotas entre 265 m a 305 m.

As ações de obra, nomeadamente as movimentações de terras para a construção das vias, irão traduzir-se numa alteração do terreno, com a criação de novas formas de relevo artificiais nomeadamente os taludes que ficarão expostos aos agentes erosivos. Considera-se o impacte negativo de baixa importância uma vez que a implantação do projeto tem dimensão reduzida, implicando poucas alterações nas dinâmicas do meio morfológico e nas propriedades do substrato geológico, e também porque não se prevê a afetação de valores geomorfológicos e geológicos.

Os principais impactes na geologia e na geomorfologia ocorrem na fase de construção. Dado que a presença dos elementos do projeto na fase de funcionamento não deve causar perturbações, nem na geologia, nem na geomorfologia, nem se prevê a afetação de recursos minerais, considera-se o impacte negligenciável.

Solo uso do solo e território

Os solos na área do projeto correspondem maioritariamente a Cambissolos dístricos, sendo suscetíveis de utilização agrícola, com poucas limitações.

Na área do projeto e na sua envolvente ocorrem os seguintes usos do solo:

- Uso industrial: área do Parque Industrial de Sampaio existente.
- Uso agrícola: área de policultura (culturas de hortícolas, arvenses, vinha, olival), na envolvente dos aglomerados urbanos.
- Uso florestal: na envolvente, ocorrem diversas manchas florestais com povoamentos de eucalipto e de pinheiro bravo.

Trata-se de um espaço com vocação para a instalação de atividades industriais, tal como foi definido pelo Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal. Atualmente verifica-se uma progressiva ocupação industrial nas áreas industriais do concelho.

A movimentação de terras na fase de construção terá como consequência a degradação do solo, em resultado da sua exposição à chuva e ao vento e da compactação causada pela movimentação de máquinas e de veículos. Tendo em conta as atividades desenvolvidas no estaleiro e o armazenamento de materiais, bem como a circulação de veículos e maquinaria, salienta-se a possível ocorrência accidental de derrames de substâncias poluentes, podendo originar a contaminação do solo. Deste modo, o projeto na fase de construção irá traduzir-se num impacte negativo de baixa importância, dado a reduzida área afetada.

Na fase de funcionamento, a presença do projeto terá como consequência a impermeabilização do solo. Apesar de ocorrer uma artificialização, considera-se que o impacte é negativo de baixa importância, uma vez que a afetação de solo já ocorreu, em grande medida, na fase de construção. Por outro lado, os solos não têm aptidão agrícola e o uso florestal comum na região é a produção de pinheiro e eucalipto. Quanto ao uso do solo e ordenamento do território, o projeto corresponde à materialização de uma vocação reconhecida no PDM de Carregal do Sal, pelo que não se esperam que ocorram alterações aos usos urbanos na envolvente, sendo o impacte negligenciável.

Recursos hídricos superficiais

A área do projeto insere-se na bacia hidrográfica do rio Mondego, mais concretamente na massa de água superficial Ribeira de Cabanas. A área do projeto é atravessada pequenas linhas de água.

No que se refere à qualidade das águas superficiais, os dados disponíveis revelam um estado global “inferior a bom”. Existe rede pública de drenagem de esgotos no Parque Industrial Sampaio e nos aglomerados envolventes.

Na fase de construção considera-se que os recursos hídricos superficiais não serão afetados diretamente em termos quantitativos e em termos qualitativos o impacte será negativo de baixa importância, devido às atividades ocorrentes no estaleiro.

Decorrente do funcionamento do projeto, a descarga de águas pluviais implicará um reduzido acréscimo no risco de ocorrência de fenómenos de inundação, sendo o impacte negativo de baixa importância, dado que linhas de água nos pontos de descarga têm capacidade de acomodar o caudal criado na cheia centenária. Também não deverá ocorrer descarga de poluentes para as linhas de água, uma vez que toda a área será infraestruturada. Apesar da existência de unidades industriais constituir uma fonte potencial de poluição de caráter difuso, não se perspetivam alterações relevantes na qualidade da água e nos usos associados. O impacte nos recursos hídricos será por isso negativo de baixa importância.

Recursos hídricos subterrâneos

Do ponto de vista hidrogeológico, o projeto localiza-se sobre localiza-se sobre massa de água subterrânea Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego.

A água subterrânea nesta região é usada maioritariamente para rega e abastecimento industrial. Os dados disponíveis permitem classificar o estado global como bom, ainda que existam pressões significativas (qualitativas e quantitativas).

O impacte da fase de construção decorrerá da impermeabilização e da possibilidade de contaminação com origem no estaleiro. Como não se prevê a afetação dos recursos hídricos subterrâneos devido ao rebaixamento do aquífero, nem a afetação dos usos associados decorrente da potencial contaminação, considera-se o impacte como negativo de baixa importância.

Na fase de funcionamento a presença do projeto traduz-se na impermeabilização da área, mas atendendo à reduzida área não se prevê a afetação dos usos da água subterrânea. O consumo de água por parte das atividades a instalar também não põe em causa a massa de água dada a sua origem superficial. O acréscimo do risco de poluição do solo e do meio hídrico devido à presença de atividades industriais, do tráfego rodoviário e das infraestruturas traduz-se num impacte negativo de baixa importância uma vez que está prevista a infraestruturização de toda a área do projeto.

Biodiversidade e sistemas ecológicos

O projeto não se encontra em nenhuma área classificada de conservação da natureza. A área classificada mais próxima da área do projeto é a Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal, que dista cerca de 0,7 km da área do projeto.

Dado o tipo de coberto vegetal presente e o elevado grau de perturbações existentes, considera-se que na área estudada o valor ecológico em relação à flora e à fauna é muito reduzido, não se identificando áreas ecologicamente sensíveis.

Decorrente do facto de a área afeta à fase de construção apresentar um coberto vegetal com um baixo valor ecológico considera-se o impacte da construção sobre os sistemas ecológicos como sendo negligenciável.

As atividades associadas à fase de funcionamento constituem também um impacte negligenciável uma vez que a destruição do coberto vegetal existente na área do projeto ocorreu na fase de construção.

Paisagem

A área de estudo insere-se na Paisagem da “Beira Alta” e na unidade de paisagem “Dão e Médio Mondego”. O projeto insere-se numa área que apresenta uma baixa sensibilidade visual da

paisagem, consequência de uma baixa qualidade visual e elevada capacidade de absorção visual da paisagem.

Na fase construção considera-se que o impacte será negativo de baixa importância, uma vez que localmente a área de projeto apresenta um elevado grau de descaracterização, não sendo afetados valores paisagísticos.

O funcionamento do projeto irá originar um incremento da artificialização da paisagem, uma vez que o carácter urbano-industrial será aumentado. O impacte será negativo de baixa importância dado que a área do projeto não será um elemento visual disruptivo, devido à ocupação atual desta área, cuja paisagem existente apresenta uma baixa sensibilidade visual.

Património cultural

O espaço geográfico que constitui o atual concelho de Carregal do Sal foi, desde tempos remotos, eleito pelo Homem para aqui se fixar. A atestá-lo, estão os inúmeros locais identificados que evidenciam vestígios de ocupações durante a Pré-História.

Os trabalhos de prospeção não permitiram a identificação de ocorrências patrimoniais de carácter arqueológico. Registou-se a presença de uma ocorrência patrimonial de carácter etnográfico. Trata-se de um caneiro estruturado por elementos pétreos, que delimita em parte as linhas de água que atravessam a Ampliação A.

Com a construção do projeto não se prevê a afetação direta da ocorrência patrimonial identificada, estando prevista a manutenção da área arborizada existente. Considera-se no entanto que o impacte é negativo de baixa importância dado que na sua envolvente prevê-se a execução de um percurso ciclável.

Impactes cumulativos

Os impactes cumulativos resultam de alterações incrementais nos mesmos meios recetores causadas pelo projeto em causa conjuntamente com outros projetos existentes ou previstos.

Atendendo à natureza do projeto em análise e aos meios recetores dos seus impactes, estes apenas serão suscetíveis de receber outros impactes, na fase de funcionamento, com origem no atual PI Sampaio. Estes impactes serão globalmente negligenciáveis ou de baixa importância.

Síntese da avaliação

Fator Ambiental	Impactes	Importância	
		Fase de construção	Fase de funcionamento
População e saúde humana	Alteração da estrutura populacional		
	Fomento da economia e emprego		
	Perturbação das condições de circulação		
	Afetação da qualidade de vida e saúde		
Ambiente sonoro	Alteração dos níveis sonoros		
Clima, alterações climáticas	Emissão de GEE		
Qualidade do ar	Alteração da qualidade do ar		
Geologia e geomorfologia	Alteração do substrato geológico e da geomorfologia		
Solo, uso do solo e território	Destruição das características dos solos e artificialização		
	Alteração da estrutura territorial		
Recursos hídricos superficiais	Modificação dos padrões de drenagem superficial		
	Degradação da qualidade da água		
	Afetação da quantitativa		
Recursos hídricos subterrâneos	Modificação dos padrões de infiltração e recarga de aquíferos		
	Contaminação das águas subterrâneas		
	Afetação da quantitativa		
Biodiversidade e sistemas ecológicos	Afetação de áreas protegidas		
	Destruição de habitats, flora e fauna		
Paisagem	Modificações dos parâmetros paisagísticos		
Património cultural	Destruição de valores culturais		

Legenda:

Nulo	Negligenciável
Positivo Indeterminado	Negativo Indeterminado
Positivo de Baixa Importância	Negativo de Baixa Importância
Positivo de Média Importância	Negativo de Média Importância
Positivo de Elevada Importância	Negativo de Elevada Importância

8. Medidas de minimização e monitorização

Com vista à minimização dos impactes identificados, é proposta a implementação de diversas medidas para as fases de construção e funcionamento, que, atendendo à reduzida expressão dos impactes, não são mais que medidas de boas praticas ambientais na gestão das obras e no funcionamento do projeto.

Para a fase de construção, e de acordo com os impactes a ocorrer nesta fase, preconiza-se o Acompanhamento Ambiental da Obra, cujo objetivo consiste em verificar e controlar a implementação correta das medidas de minimização. Simultaneamente, a equipa de Acompanhamento Ambiental da Obra auxiliará o proponente e demais intervenientes na concretização das medidas e na prevenção e resolução de questões ambientais inesperadas que possam surgir no decorrer da construção.

Para a fase de funcionamento é proposta a elaboração de um plano de monitorização para os Recursos hídricos superficiais, no sentido de verificar os impactes e a necessidade de medidas adicionais.

A análise de risco efetuada mostra que o projeto não agrava os riscos identificados pelo PMEC do Concelho de Carregal do Sal e que apresenta uma baixa probabilidade de risco para as águas superficiais e subterrâneas, em consonância com a avaliação realizada nos respetivos descritores.